

QUAL VERDADE?

Neusah Cerveira*

USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2006.

A primeira impressão, ao folhear o livro de Brillhante Ustra, poderia ser a de estarmos tratando de uma obra que daria chance ao brasileiro de ter acesso à narrativa de fatos importantes da História de nosso país; e relatados por um militar que efetivamente fez parte desse passado, tendo atuado na repressão a grupos de esquerda durante a ditadura. Entretanto, essa possibilidade é frustrada.

Não se trata de uma crítica revanchista ou preconceituosa, pois desejaríamos, e muito, que o livro proporcionasse – a todos – a chance de ter acesso a informações que acrescentassem algo de novo à História brasileira. Elencamos fatores que demonstram, todavia, como a credibilidade do livro é abalada.

Não obstante a ausência de citações bibliográficas explícitas no corpo do texto (notas de rodapé ou coisa parecida), que ampliariam o campo da discussão e tornariam as considerações do autor mais claras, verificamos a utilização majoritária e excessiva de fontes documentais (de época) e bibliográficas ligadas às Forças Armadas. No final de cada capítulo, o autor menciona as fontes utilizadas, mas não registra a página ou mesmo o capítulo que serviu de referência para suas considerações.

A repetitiva utilização do chamado “Projeto Orvil” como fonte de referência acaba por deixar o leitor numa posição no mínimo ingrata, tendo em vista que tal trabalho, conforme esclarecido pelo autor, foi fruto de uma pesquisa histórica encomendada pela Divisão de Inteligência do Centro de Informações do Exército a seus analistas. Essa obra, de caráter secreto, não chegou a ser editada ou publicada, não é passível de pesquisa por cidadão comum. Resta ao leitor apenas acreditar sem ver, pois não pode ter acesso aos documentos ou depoimentos que embasaram as afirmações usadas em grande medida como referência para a obra de Ustra.

Além disso, em inúmeras ocasiões, Ustra cita e utiliza outra obra de sua autoria.¹ Seria muito mais saudável para o debate que o novo livro propusesse o uso de mais referências bibliográficas, pois fica a impressão de estarmos diante de um *replay* daquilo que já foi afirmado anteriormente pelo mesmo escritor.

O livro *A verdade sufocada* é enfático ao tratar de pontos como os chamados “justiçamentos” e demais delitos que, sob a ótica do autor, foram cometidos por grupos revolucionários da época. As alegações levantadas remetem a delitos graves, e tais acusações deveriam ser acompanhadas de maiores detalhes comprobatórios acerca dos fatos mencionados. Além disso, seria crucial a anexação ou ao menos a indicação das fontes que serviram de base para as alegações do escritor (embora ele tenha mencionado algumas fontes, estas seguem a mesma linha de referência acima criticada).

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao capítulo sobre a questão legal durante o período de regime militar (pp. 316-317). O autor defende veementemente a invasão de “aparelhos” sem mandados judiciais ou a suspensão do *habeas-corpus*, por exemplo. Proclama que tais medidas foram necessárias para dismantelar as organizações chamadas “terroristas”, pois não seria possível combater o “terror” amparado em leis normais. Nesse mesmo capítulo, Ustra declara, em relação aos excessos no tratamento de “terroristas” presos, que, se existiram, foram poucos, não foi a regra constante.

Não existe sequer um brasileiro sem um amigo, parente ou conhecido que não narrou um episódio triste de tratamento desumano durante o período militar. Ustra acusa a esquerda de tentar esconder dos brasileiros fatos importantes sobre esse capítulo de nossa história. Entretanto, muito nos surpreende que um livro que se dispõe a revelar “a verdade sufocada” não queira sequer admitir, de forma explícita, os excessos produzidos pelo regime militar.

Não se trata de querer defender ou justificar a radicalização da luta armada. Mas nenhuma publicação que se propõe séria pode expor, de forma velada, somente um lado da moeda, e tentar negar fatos irrefutáveis que toda uma nação viveu na pele, sob pena de nos depararmos com uma tentativa pública de apenas estar de bem com sua própria consciência, justificando todos os atos bons, ruins e imperdoáveis de um governo ou o próprio regime com o argumento do bem comum.

É um livro extenso, embora superficial. Com título forte, mas pouco profundo. E a tão esperada verdade sufocada não se apresenta de forma triunfante, nem de qualquer outra forma, no fim do texto. Resta somente a sensação de que mais de quinhentas páginas são desperdiçadas na tentativa frustrada de convencer o leitor de que todas as barbáries cometidas pelo regime militar (nem mencionadas ao longo do livro) são justificáveis e louváveis, tendo em vista a “terrível” ameaça comunista que assolava o país na época.

O historiador francês Pierre Vidal-Naquet escreveu um brilhante ensaio (o livro *Assassinos da memória*) contra os “revisionistas” da História do Holocausto, que pretendiam negar o extermínio sistemático de judeus e outros presos nos campos de concentração nazistas.² É preciso recuperar a discussão de Vidal-Naquet em relação a outras revisões históricas, como as que são atualmente dedicadas às ditaduras latino-americanas dos anos 60 e 70, porque mais assassinatos da memória podem estar em andamento.

Notas

* Doutora em História Social pela FFLCH/USP.

¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Rio de Janeiro: Editerra, 2003.

² VIDAL-NAQUET, Pierre. *Assassinos da memória*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1987.